

ÍNDICE

STJ00048443

CAPÍTULO I	A SEGURIDADE SOCIAL: CONCEITO, ORIGEM E HISTÓRICO	1
1.	A Origem da Proteção Social	2
2.	Conceito de Seguridade Social	5
3.	A Saúde	6
4.	A Assistência Social	10
4.1.	Benefício Assistencial	11
5.	A Previdência Social	14
5.1.	Regimes Previdenciários	19
5.2.	Regimes de Financiamento e Equilíbrio Financeiro e Atuarial	20
6.	Evolução Histórica	23
7.	Evolução Histórica e Legislativa no Brasil	29
8.	Organização e Princípios Constitucionais	39
CAPÍTULO II	A CONSTITUIÇÃO E A SEGURIDADE SOCIAL – PRINCIPAIS DISPOSITIVOS	51
1.	Previsão Constitucional	52
2.	O Financiamento da Seguridade Social	53
2.1.	As Contribuições Sociais	54
2.1.1.	Competência	54
2.1.2.	Natureza Jurídica	54
2.1.3.	Previsão Constitucional	55
2.2.	Criação de Novas Contribuições Sociais	74
2.3.	O <i>Vacatio Legis</i> das Contribuições Sociais	76
2.4.	O Pequeno Produtor Rural e o Pescador Artesanal	77
2.5.	Imunidade das Entidades Beneficentes de Assistência Social	78
2.6.	Alíquotas e Base de cálculo Diferenciadas	79
2.7.	Remissão e Anistia de Contribuições Sociais ..	80
2.8.	Orçamento da Seguridade Social	81
2.9.	Contratação com o Poder Público	82
2.10.	Aumento e Criação de Benefícios Previdenciários	82
2.11.	Requisitos Diferenciados para a Aposentadoria	83

2.12. A Garantia do Salário Mínimo	84
2.13. A Habitualidade dos Ganhos e sua Repercussão no Benefício	85
2.14. Destinação Exclusiva das Contribuições Previdenciárias	86
2.15. Competência da Justiça do Trabalho para Cobrança de Contribuições	87
Apêndice	89

CAPÍTULO III	LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	95
1.	Conceito	96
2.	Fontes da Legislação Previdenciária	96
3.	Autonomia do Direito Previdenciário	98
4.	Aplicação das Normas Previdenciárias: Vigência, Hierarquia, Interpretação e Integração	99

CAPÍTULO IV	REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	107
1.	Conceito	108
2.	Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	109
3.	Filiação e Inscrição	110
	3.1. Filiação	110
	3.2. Inscrição	113
4.	Segurados Obrigatórios	116
5.	Segurado Facultativo	135
6.	O Conceito Previdenciário de Empresa e Empregador Doméstico	137
	6.1. Empresa	137
	6.1.1. Matrícula da Empresa	140
	6.1.2. A Questão das Cooperativas	141
	6.2. Empregador Doméstico	144

CAPÍTULO V	FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	145
1.	Introdução	146
2.	Contribuição dos Trabalhadores	148
3.	Contribuição da Empresa	159
4.	Evolução Legislativa sobre o Tema	160
5.	A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Empregados e Avulsos	161
6.	A Contribuição Incidente sobre as Remunerações de Contribuintes Individuais	162

6.1.	A Questão da Contribuição da Empresa sobre a Remuneração de Trabalhadores sem Vínculo Empregatício	165
7.	O Adicional das Instituições Financeiras	166
8.	O Seguro de Acidentes no Trabalho – SAT	167
8.1.	Beneficiários do SAT	169
8.2.	A Contribuição para o Seguro de Acidentes do Trabalho – SAT e para o Custeio da Aposentadoria Especial	171
8.2.1.	A Parcela Básica do SAT	171
8.2.2.	O Adicional ao SAT	175
9.	As Cooperativas de Trabalho e a Nova Contribuição de 15% sobre o Valor Bruto da Nota Fiscal ou Fatura de Serviços	178
10.	Parcelas Integrantes da Base de cálculo	180
11.	Parcelas Excluídas da Base de cálculo	182
12.	A Contribuição do Empregador Doméstico	183
13.	Contribuições Substitutivas da Parte Patronal	184
14.	O Produtor Rural Pessoa Física	189
15.	O Produtor Rural Pessoa Jurídica	190
16.	As Agroindústrias	191
17.	Outras Receitas da Seguridade Social	193
18.	Destinação das Contribuições Sociais	194
19.	Contribuições para Terceiros	196
	Apêndice I	205
	Apêndice II	220
	Apêndice III	230

CAPÍTULO VI ✱	SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO	241
1.	Conceito	242
2.	Segurados Empregado e Avulso	244
3.	Empregado Doméstico	246
4.	Contribuinte Individual	246
4.1.	O Salário-Base	247
4.2.	A Regra de Transição	248
5.	Segurado Facultativo	250
6.	Limites do Salário-de-Contribuição	250
6.1.	Limite Mínimo	250
6.2.	Limite Máximo	252
7.	Composição do Salário-de-Contribuição	253

7.1. Parcelas Integrantes do Salário-de-Contribuição	253
7.2. Parcelas Não Integrantes do Salário-de-Contribuição	254

CAPÍTULO VII	ARRECADAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS À SEGURIDADE SOCIAL E RECOLHIMENTO FORA DO PRAZO	267
	1. Regras Principais	268
	2. Recolhimento da Contribuição Relativa à Comercialização da Produção Rural	270
	3. Recolhimento em Atraso	271
	4. Cálculo de Contribuições em Atraso, Retroação da Data de Início de Contribuição e Indenização dos Contribuintes Individuais	276
	Apêndice	280
CAPÍTULO VIII	OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS	291
	1. Introdução	292
	2. Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP	294
	3. Responsabilidade Solidária	297
	4. A Retenção de 11% sobre o Valor Bruto da Fatura ou Nota Fiscal	298
	5. Construção Civil	302
	6. Grupo Econômico	303
	7. Administradores Públicos	304
	8. Titular da Firma Individual, Sócio de Empresa por Cotas de Responsabilidade Limitada, Acionistas Controladores, Administradores, Gerentes e Diretores	305
	9. Operador Portuário e Órgão Gestor de Mão-de-Obra	306
CAPÍTULO IX	NOTIFICAÇÃO FISCAL DE LANÇAMENTO DO DÉBITO E EXECUÇÃO FISCAL	309
	1. A Constituição do Crédito	310
	2. Parcelamento de Contribuições e Demais Importâncias Devidas à Seguridade Social	312
	3. Aferição Indireta	315

	4.	Representação Fiscal para Fins Penais	318
	5.	Dívida Ativa.....	322
CAPÍTULO X		DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO	327
	1.	Introdução	328
	2.	Decadência e Prescrição no Benefício.....	329
	3.	Decadência no Custeio.....	330
	4.	Prescrição no Custeio	332
	5.	Desconstituição do Crédito	334
CAPÍTULO XI		RESTITUIÇÃO E COMPENSAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES	335
	1.	Introdução	336
	2.	Restrições.....	336
	3.	A Restituição	337
	4.	A Compensação	338
	5.	Reembolso de Pagamento	338
CAPÍTULO XII		IMUNIDADE DE CONTRIBUIÇÕES	339
	1.	Introdução	340
	2.	Requisitos	341
	3.	O Debate Atual em Torno da Questão	342
	4.	Limitações.....	343
	5.	Manutenção.....	343
	6.	Perda.....	344
		Apêndice	345
CAPÍTULO XIII		PROVA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – CND	357
	1.	Introdução	358
	2.	Situações Gerais de Necessidade do Documento ..	359
	3.	Construção Civil	360
	4.	Produtor Rural.....	362
	5.	Contratações de Operação de Crédito Público	362
	6.	Obtenção de Verbas dos Fundos de Participação ...	363
	7.	Indicação de Finalidade	364
	8.	Validade do Documento	364
	9.	Dispensa da CND.....	365
	10.	Situações Passíveis de Obtenção da CND	367
	11.	Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa	368

CAPÍTULO XIV	CRIMES CONTRA A SEGURIDADE SOCIAL	369
	1. Introdução	370
	2. Apropriação Indébita Previdenciária	370
	3. Sonegação de contribuição previdenciária.....	374
	4. Falsificação de Documento Público	377
	5. Inserção de dados falsos em sistema de informações	379
	6. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	380
	7. Estelionato	381
	8. Regras Gerais	382
CAPÍTULO XV	INFRAÇÕES À LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	385
	1. Introdução	386
	2. Valores das Multas	386
	3. Circunstâncias Agravantes	390
	4. Circunstâncias Atenuantes	391
	5. Gradação das Multas	391
CAPÍTULO XVI	RECURSO DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS	393
	1. Introdução	394
	2. Princípios do Processo Administrativo	396
	3. O Processo de Custeio	397
	4. O Processo no Benefício	404
	5. Conselho de Recursos	407
	6. Justificação Administrativa	411
CAPÍTULO XVII	PLANO DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	415
	1. Regimes Previdenciários.....	416
	2. Beneficiários do RGPS	417
	3. Manutenção e Perda da Qualidade de Segurado	423
	4. Carência	426
	5. Salário-de-Benefício	431
	5.1. Fator Previdenciário.....	433
	5.2. Disposições Gerais sobre o Salário-de-Benefício	438
	6. Renda Mensal de Benefício	442
	7. Reajustamento do Valor e Pagamento dos Benefícios	445

CAPÍTULO XVIII	PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	449
	1. Aposentadoria por Invalidez	450
	2. Aposentadoria por Idade	455
	3. Aposentadoria por Tempo de Contribuição	460
	3.1. Tempo de contribuição	464
	4. Aposentadoria Especial	471
	4.1. Conversão de Tempo de Trabalho	477
	5. Auxílio-Doença	480
	6. Salário-Família	485
	7. Salário-Maternidade	490
	8. Auxílio-Acidente	496
	9. Pensão por Morte	502
	10. Auxílio-Reclusão	508
	11. Serviço Social	512
	12. Habilitação e Reabilitação Profissional	514
	13. Abono Anual	517
CAPÍTULO XIX	PRINCIPAIS REGRAS DE TRANSIÇÃO	519
	1. Introdução	520
	2. Regras Transitórias Definidas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98	520
	2.1. Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Integral (artigo 9º, <i>caput</i> , EC nº 20/98)	521
	2.2. Regra Transitória para a Aposentadoria por Tempo de Contribuição Proporcional (artigo 9º, § 1º, EC nº 20/98)	523
	3. Regras Transitórias Definidas pela Lei Ordinária nº 9.876/99	524
CAPÍTULO XX	ASSUNTOS GERAIS DE BENEFÍCIOS	527
	1. Acumulação de Benefícios	528
	2. Segurado em Débito com a Previdência Social	530
	3. Benefícios de Legislação Especial	532
CAPÍTULO XXI	COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DAS LIDES PREVIDENCIÁRIAS	543
	1. Introdução	544
	2. Custeio	544
	3. Benefícios Comuns	545
	4. Benefícios Decorrentes de Acidente de Trabalho ...	547

5.	Juizados Especiais Federais	547
6.	Execução de Contribuições Decorrentes de Decisões da Justiça do Trabalho	548
7.	Regras Gerais	551
CAPÍTULO XXII	SIMPLES	553
1.	Introdução	554
2.	Conceitos	555
3.	Tributos Incluídos no SIMPLES	557
4.	Tributos Não Incluídos no SIMPLES	558
5.	Exclusão do SIMPLES	558
6.	Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	560
CAPÍTULO XXIII	PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	563
1.	Introdução	564
2.	Conceitos Elementares	565
3.	O Equilíbrio Financeiro e Atuarial	568
4.	Regime Aberto de Previdência Complementar – EAPC	570
5.	Regime Fechado de Previdência Complementar – EFPC	571
6.	Planos de Benefícios	572
6.1.	Plano de Benefícios nas Entidades Abertas ...	574
6.2.	Plano de Benefícios nas Entidades Fechadas	575
7.	Normas Constitucionais sobre a Previdência Complementar	578
8.	A Previdência Complementar no Serviço Público ..	580
8.1.	A Questão dos Regimes Próprios	580
8.2.	O Regime Complementar para Servidores Públicos	582
	SÚMULAS PREVIDENCIÁRIAS	585
	EXERCÍCIOS	595
	GABARITO	631
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	639